



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1745/12	DATA: 04/12/2012
INÍCIO: 12h52min	TÉRMINO: 13h23min	DURAÇÃO: 00h31min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h35min	PÁGINAS: 13	QUARTOS: 7

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSELI CANDIDO DA SILVA - Tenente-Coronel, Comandante do Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro — BPTUR.
ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO — Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Reunião realizada no Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, para a oitiva de seu comandante.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Reunião realizada no Estado do Rio de Janeiro.
Não houve encerramento formal da reunião.
Fez uso da palavra durante a reunião a Sra. Ana Elisa Banhatto Correia, assessora do Deputado Jean Wyllys.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Dou por aberta a audiência no Batalhão de Policiamentos em Áreas Turísticas.

Nós vamos ouvir o Tenente-Coronel... *(Pausa.)* É Comandante? Comandante, não é?

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ... o Tenente-Coronel, O Comandante Joseli Candido da Silva e o Coronel da Polícia Militar, que é assessor parlamentar na ALERJ, Antonio Uostom Borges Germano.

Muito boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a vocês a disponibilidade de receberem a CPI neste Batalhão.

O que nos traz aqui é a questão que a CPI tem um trabalho todo voltado contra a exploração sexual infantojuvenil e o combate ao turismo e à exploração sexual de crianças e adolescentes. E nós recebemos algumas denúncias de que, em Copacabana, já que é uma área turística, tem tido denúncias de exploração sexual infantil. Inclusive, há pouco tempo, saiu uma reportagem de que vocês teriam pego um clube, uma uisqueria que estava explorando crianças e adolescentes, e nós gostaríamos de saber o que aconteceu, se vocês estão acompanhando o caso, se esse estabelecimento continua funcionando, se vocês ainda continuam fiscalizando esse local, e quais os locais, porque Copacabana é um ponto de vulnerabilidade para a exploração sexual infantojuvenil. Como vocês têm atuado nessa questão? E também o que vocês têm feito no combate à exploração, ao turismo sexual de crianças e adolescentes?

E outra questão é que vocês estão ligados agora a essa nova Secretaria para os grandes jogos, para os grandes eventos, não é?

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Grandes eventos, Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Isso. E como ela está funcionando, o que vocês têm na pauta para esses grandes eventos que vão começar. E a gente vai conversando e daí vão vindo as perguntas.

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Boa tarde. Eu sou o Tenente-Coronel Cândido, Comandante do BPTUR. Antes de falar diretamente sobre a questão da



exploração sexual da criança e do adolescente, eu gostaria de falar sobre a nossa missão como BPTUR.

O BPTUR é uma unidade especial, foi criada no ano 2000, mas desde a década de 90 já existe uma unidade especial voltada para o atendimento ao turista e voltada para o policiamento nas áreas de interesse turístico na cidade do Estado do Rio de Janeiro. Então, a gente não se restringe apenas à orla de Copacabana, mas, sim a todos os pontos de interesse turístico que existem no nosso Estado, sobretudo em nossa cidade.

Quanto especificamente à exploração sexual infantojuvenil, é uma atividade criminosa, é um delito e, como tal, ela não se expõe de forma transparente nas vias, nos pontos de interesse turístico, sobretudo. Ela é uma atividade que fica encoberta e isso aí demanda, sobretudo, uma atuação de investigação. Nessa casa noturna na orla de Copacabana, a que a senhora se referiu, a ação foi desenvolvida, desempenhada pelo 19º Batalhão, junto com a Delegacia Especial de Atendimento ao Turista, a DEAT, da Polícia Civil. Nós não tivemos atuação direta nessa operação. Mas, enfim, nós temos, sim, participação, sobretudo com a Secretaria Estadual do Turismo e com o Ministério Público também num programa chamado PIT, Programa Integrado de Turismo. Inclusive, há uma campanha sendo desenvolvida contra a exploração sexual infantojuvenil.

E qual é a grande questão? Como eu disse no início, se a atividade de exploração sexual é um crime, é uma atividade contra a lei, acho que nós não devemos colocá-la como uma atividade, vamos dizer assim, lícita, que é o turismo. Então, é um crime. A exploração sexual é um crime. Turistas vêm para cá com esse intuito? Vêm, mas não é uma modalidade de turismo oficial. Então, existem turismos de eventos, turismos de negócios, turismos de aventura, turismos de lazer, mas não turismo sexual, mas não turismo para tráfico de drogas, para consumo de drogas, turismo para jogos de azar, para cassinos, por exemplo. Pessoas vêm para cá, nacionais também, com esse intuito, mas não é uma atividade turística. Então, isso eu acho que tem que ficar bem claro. E, nessa campanha que está sendo desenvolvida, um dos enfoques é este: a gente não associar essa imagem do País, ou, pelo menos, tirar essa imagem do País, que a gente sabe que, muitas vezes, ela é exposta dessa forma, expondo sobremaneira a questão da mulher como objeto,



realmente, não é? Então, tirar essa marca, essa imagem, esse apelo do turismo com uma ligação sexual, uma ligação de exploração sexual, porque é crime, não é?

Agora, essencialmente então o que nós temos feito, além dessas campanhas, além do Programa Integrado de Turismo, são ações conjuntas com a DEAT, que é a Delegacia de Atendimento ao Turista, com os órgãos municipais, a Guarda Municipal, que também tem um grupamento especial de atendimento ao turismo, o GAT — Grupamento de Apoio ao Turismo. E temos, também, com outros órgãos municipais, com a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria de Ordem Pública também. Então, nós sempre procuramos atuar em conjunto com esses órgãos, para a gente eliminar a possibilidade de atuação desses grupos nesses pontos de interesse turístico na nossa cidade e no nosso Estado.

Então, é isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E quanto às ações efetivas do batalhão no combate, na questão das denúncias de exploração de turismo de crianças, quais foram as últimas ações que vocês efetivaram? Há algum tipo de denúncia? Você sabe se existe alguma rede que trabalha nessa área, alguma rede de prostituição infantojuvenil? Nós sabemos que em Copacabana há várias casas de massagens. E não é uma característica do Rio ter esses voos *charters* como há em Fortaleza, em Recife. Nós estivemos ontem na ALERJ e ouvimos a associação de viagens.

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - A ABAVE, a ABIH;

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - A ABAV, a ABIH, todos eles lá falaram que não é uma característica. Mas nós sabemos que isso existe. Como é que vocês fazem nessa área? O que vocês estão, realmente, fazendo para promover essas ações para o combate?

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Certo. Como eu disse no início, a ação delituosa, a ação criminosa não acontece às claras. Existe uma organização, uma rede, existe uma forma de atuação não a nossos olhos, não vistas. E o nosso tipo de ação é policiamento ostensivo, é prevenção.



Então, a gente, realmente, coloca essa missão, essa atuação mais efetiva por parte da investigação. Isso aí é fundamental que haja, realmente, a investigação, a ação da investigação, para podermos atuar diretamente nesse tipo de crime.

E, só para concluir, a gente participa de fóruns, por exemplo, o Fórum de Segurança Turística dos Hotéis, da ABIH, aqui da orla de Copacabana. E esses assuntos são sempre abordados nas atuações, as ocorrências, as ações delituosas que envolvem a atividade turística, como roubos e furtos também contra turistas. E a gente tem uma atuação bem próxima a esses órgãos também. Então, há uma busca nossa de sempre atuar em conjunto, sempre de absorver essas informações e atuar de forma preventiva. O nosso policiamento é ostensivo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas vocês não trabalham, assim, fazendo batidas — só se houver alguma denúncia? — nessas casas de prostituição?

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - É. A gente não tem essa atribuição, esse enfoque de investigar esses casos.

O SR. ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO - Excelência, a competência do sistema de segurança pública é prevista no art. 144. Compete à Polícia Civil, de acordo com o 144, § 4º, apurar as infrações penais, à exceção das infrações militares. A essência da Polícia Militar é a polícia ostensiva. Então, por isso, o Coronel... o Tenente-Coronel Candido é muito interessado, participa disso. Eu acho que o batalhão pode apoiar muito, porque nós temos mais capilaridade do que a Polícia Civil. Nosso efetivo é muito maior. A gente pode participar com divulgação, com panfleto. Agora, eu acho que ele explicou bem. É difícil estar do lado de fora, estar nas ruas, alguma jovem, aqui em Copacabana. O que deve ocorrer em determinados locais fechados, que está realmente mais afeto, porque quem pode instaurar o inquérito é o delegado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É isso que eu estou perguntando, se ele tem denúncias disso e como eles fazem para combater, se eles vão ao local só depois que há a denúncia ou eles fazem uma fiscalização. Como é de turismo, sabe que está ligado, está todo o mundo nas ruas. A gente quer saber isso, se há essa prerrogativa do batalhão...



O SR. ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO - Não, nós não temos nem competência legal para fazer isso, para fiscalizar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não têm, não é?

O SR. ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO - E, se ele receber a denúncia, ele vai passar para a Polícia Civil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E como é que vocês foram lá nesse bar?

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Nós recebemos...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Não, não, nessa operação que a senhora falou, a atuação foi do 19º Batalhão, em conjunto com a DEAT. A Delegacia Especial de Atendimento ao Turista solicitou apoio ao batalhão.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - É, mas aqui... Nós estamos sediados em Copacabana, mas, como eu falei, também existe o 19º Batalhão de Polícia Militar, que é o batalhão responsável pelo policiamento ostensivo da área. Nós, como eu falei no início, somos responsáveis pelo policiamento em todas as áreas de interesse turístico. Então, nós atuamos desde o Aeroporto Internacional até o Aeroporto Santos Dumont, a rodoviária e os principais pontos turísticos — Pão de Açúcar, Corcovado, Vista Chinesa, Catedral Metropolitana. Então, nesse caso, a DEAT solicitou o apoio do batalhão da área, que foi o 19º Batalhão, e existe um comando próprio, que é o Tenente-Coronel Cláudio, que é o comandante.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Por isso que eu perguntei, porque vocês tiveram essa... trabalharam em conjunto.

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - É, a Polícia Militar, no caso. Fomos acionados. A denúncia e a investigação partiram da Polícia Civil, que tem a competência legal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria que vocês falassem sobre essa nova Secretaria de Grandes Eventos.



O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Ah, sim, pois não. Quanto aos grandes eventos, existem vários grupos que foram formados especificamente para atuar em cada área, como, por exemplo, transporte, prevenção de ações terroristas e, no nosso caso, por exemplo, nós ficamos responsáveis por uma oficina, sim, de segurança dos pontos turísticos, dos hotéis e dos navios-hotéis que vão ser atracados no nosso porto do Rio de Janeiro, em decorrência dos grandes eventos.

Então, essas oficinas formadas desenvolveram um trabalho para identificar as vulnerabilidades internas e externas de cada órgão envolvido na questão de segurança e propor sugestões tanto no nível de análise de risco quanto no nível tático. Inclusive, esta semana está sendo realizado um fórum, no Rio de Janeiro, aqui no Rio de Janeiro, com os representantes de todas as sedes, dos Estados que vão sediar, por exemplo, a Copa do Mundo, a Copa das Confederações, e estão discutindo essas medidas que foram levantadas. Então, a nossa participação tem sido especificamente nessa oficina de segurança hoteleira, segurança dos navios turísticos e dos pontos turísticos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Vocês já estão trabalhando com algum *folder*, já estão disponibilizando algum telefone para essa...?

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - A Secretaria de Turismo elaborou, sim, uma folheteria para a gente, *folders* em quatro idiomas — italiano, espanhol, inglês e francês —, para que nós possamos distribuir. Então, esta semana ainda, eles vão distribuir para a gente, vão entregar para a gente essa folheteria, para a gente já começar a trabalhar essa divulgação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E a pergunta, só para terminar, eu gostaria de falar para vocês: então, vocês aqui não têm denúncias de turismo sexual, exploração sexual nas redes hoteleiras, na orla? Vocês não têm esse tipo de denúncia? É isso que eu quero saber de vocês.

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Sim. Não é nossa competência, mais uma vez afirmando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Sim, mas vocês têm essas denúncias...

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Se nós...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ...ou vocês trabalham só dando apoio?

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu sei que vocês dão apoio ao turista.

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Exatamente. E, se nós recebermos esse tipo de denúncia, nós temos que encaminhar, por força constitucional, à Polícia Civil. A gente tem que fazer esse encaminhamento. Nossa ação é realmente de apoiar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - De apoio ao turista, não é?

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - De apoio, de apoio.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - O.k.

A Ana Elisa é assessora do Deputado Jean Wyllys. Ela quer fazer uma pergunta. Pois não, pode fazer.

A SRA. ANA ELISA BANHATTO CORREIA - Eu vou ser bem rápida. Primeiro, eu gostaria de pedir desculpa pela ausência do Deputado Jean Wyllys. Infelizmente, ele não pôde comparecer, mas eu estou aqui para representá-lo.

Eu queria fazer duas perguntinhas básicas. Primeiro, eu gostaria de manifestar a minha profunda tristeza de ouvir de um tenente-coronel que o turismo sexual não existe. A gente sabe que as empresas de turismo vendem pacotes de turismo sexual especificamente. Eu gostaria de saber, por causa disso, se o foco do BPT é especificamente... Eu ainda não entendi qual é a área de atuação de vocês, real, se é proteger o turista que vem ao Brasil, então protegê-lo de roubos, assaltos, enfim, proteger o branco dos negros do Brasil, ou se o foco é proteger a rede ou proteger os danos que o turismo pode causar ou que pode sofrer. Então, assim, se o trabalho de vocês é não só proteger os turistas que vêm ao Brasil e, então, fazer o policiamento dessas áreas e tal e também fazer o policiamento dessas áreas para que os turistas não sejam infratores. Então, eu quero saber se o foco de vocês é o turista-vítima ou o turista-infrator.

A gente esteve, ontem, na Polícia Civil, e a Marta Rocha chegou a comentar com a gente que na Polícia Civil existe uma área específica para o turista, mas ela



só cuida dos turistas-vítimas. Ainda não tem uma área para o turista-infrator. E isso é uma luta que eu acho que a CPI está travando, principalmente a Deputada Liliam Sá, ao vir aqui, porque a gente não achou ainda uma área do policiamento de uma instituição governamental que trate do turista-infrator, porque o turismo sexual existe de fato, e os turistas vêm aqui de fato, em Copacabana, principalmente, para ingressar nas casas de prostituição para explorar as nossas crianças e adolescentes.

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Eu só quero, então, reforçar, já que eu não me fiz entender, que o que não se pode ou o que não se deve reforçar é a ideia de uma atividade ilícita. Nós não podemos vender o turismo sexual, não podemos. Isso é crime! Isso é crime! Isso é crime. E ponto. Quem pratica isso está praticando um crime. Então, nós não podemos tolerar e não podemos conceber que isso seja divulgado, o turismo sexual, o turismo de drogas. Vem-se aqui para consumir drogas? Talvez sim. Talvez sim. Não vou negar. Para jogar? Talvez sim. Mas é legal? Não é. Então, se não é legal, a gente não deve considerar como uma prática. Existe. A gente não pode fechar os olhos para isso. Temos que provocar os órgãos que investigam, temos que fazer ações para evitar, inibir. É o que a gente busca com o nosso policiamento ostensivo: inibir, evitar, prevenir a prática de qualquer delito.

E, sim, nós somos responsáveis — esclarecendo a segunda parte da sua questão — pelo policiamento ostensivo das áreas de interesse turístico. Então, antes de sermos responsáveis pela segurança do turista, nós somos responsáveis — o DPTUR — pelo policiamento ostensivo nas áreas de interesse turístico, quer sejam para brancos, negros, amarelos, vermelhos, quer sejam nacionais, estrangeiros. Nós estamos ali para preservar a ordem pública e para todos que estiverem frequentando ali. É garantia constitucional. Isso aí não é uma dúvida nossa.

Claro que há dificuldades. Por exemplo, vou lhe exemplificar uma ação do mês passado, que houve na Rodoviária Novo Rio. Chegou uma nacional da Tailândia, estava muito nervosa, e os policiais a abordaram. Tinha um policial que falava inglês — cerca de um terço do meu efetivo tem domínio de um idioma estrangeiro, porque é impossível a gente ter uma interação sem a gente ter esse conhecimento técnico. Então, tinha um policial que falava inglês, a abordou e



suspeitou da conduta dela. Ela vinha de São Paulo. E foi localizado, pasmem, cerca de meio quilo de cocaína com ela, nos pertences dela. E ela só falava inglês. Então, foi levada — essa nacional tailandesa — para uma delegacia de Polícia Federal. Lá não foi constatada, não foi tipificada a questão de crime internacional, de tráfico de drogas internacional. Então, competência da Polícia Civil. Fomos à delegacia da Polícia Civil, também tivemos dificuldades, pela inexistência de pessoas que falassem o idioma e que pudessem registrar devidamente o caso. E aí a DEAT, apesar de não ser o foco dela a repressão, ela, sim, providenciou um agente de polícia civil que foi encaminhado para a delegacia circunscricional da área e realizou o registro normalmente. Quer dizer, apesar de o enfoque nosso ser preventivo, nós, constitucionalmente, não podemos nos furtar a registrar, a encaminhar, e a Polícia Civil investigar, quaisquer crimes que aconteçam, sejam eles autores nacionais ou estrangeiros. Isso aí é independente da nossa vontade, é uma obrigação nossa. E isso existe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - O que a Ana quis dizer é que o turista vem para cá e é protegido. Mas quem nos protege das agressões do turista para com as nossas crianças e os nossos adolescentes? Então, é isso que ela queria deixar claro, e é isso que nós estamos investigando. O nosso papel aqui — até falamos: *“Ah, mas por que a CPI veio aqui?”* — é para entender como funciona. Nós escutamos, ontem, a Chefe da Polícia Civil. Nós vamos também ao Secretário de Segurança. Nós queremos entender como funciona.

Então, vocês trabalham com a prevenção, mas também dando mais apoio ao turista que entrou aqui, para a segurança do turista. E que vocês não têm... Vou deixar bem claro aqui e registrado que vocês não têm nenhum tipo de denúncia em relação à exploração sexual de crianças e adolescentes nem sabem de nenhum turista envolvido com pedofilia, nem nenhum tipo de ação nesse sentido, não é? O que vocês fazem é trabalhar com a denúncia. Se houver a denúncia, vocês encaminham para o 19º. É isso? Foi isso que eu entendi.

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Não, para a Polícia Civil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Para a Polícia Federal e para o 19º, quando vocês... Quando é da sua competência, o senhor falou que encaminha



para o 19º. Ou o 19º encaminha para vocês? Não, foi o contrário. O 19º é que dá apoio a vocês, é isso?

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Podemos atuar em conjunto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Quando vocês não têm essa competência, em alguns casos.

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Nesse caso específico dessa denúncia a que a senhora se referiu, a operação foi da Polícia Civil, da DEAT, a Delegacia de Atendimento ao Turista. Eles atuaram repressivamente. Repressivamente eles atuaram para identificar autores, vítimas. Eles atuaram. E eles, da DEAT, solicitaram o apoio do 19º Batalhão, que é o batalhão que tem mais recursos na área e que é responsável pela área de atuação. Então, o procedimento foi esse. Normalmente, o que se espera de uma denúncia desse tipo é que seja encaminhada para a Polícia Civil. É isso que é a lógica. Claro, se chegar uma denúncia, um disque-denúncia para nós, de qualquer atividade ilícita, nós temos que verificar, nós temos que apurar. Nós não...

A SRA. ANA ELISA BANHATTO CORREIA - Vocês recebem disque-denúncia?

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Disque-denúncia? Sim. São remetidos para a gente alguns disque-denúncia sim. Mas, especificamente desses casos, a gente não tem recebido diretamente, porque há órgãos com competência específica para isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - O que eu quero falar para vocês? A CPI... nós queremos fazer um diagnóstico de tudo o que está acontecendo no Brasil e quais são as deficiências que nós temos no combate à exploração sexual e ao turismo sexual de crianças e adolescentes. E aí está uma falha, uma grande falha, porque nós apoiamos... O turista vem para cá com todas as garantias, apesar de eles sofrerem muitas violências — turistas perdem até a vida vindo para cá —, porque ainda também não dá para estar em todos os lugares ao mesmo tempo, não é? Cada turista deveria ter um policial o acompanhando, para poderem não sofrer esse tipo de violência. Mas nós temos essa falha nessa questão. Então, teria que ter um desdobramento, até, eu acredito, do próprio Batalhão de Turismo, nesse sentido também de proteger, de poder estar ligado aos hotéis, de fiscalizar a entrada e a



saída. Poderia ser até uma das atribuições de vocês. Eu acredito que isso não entraria em conflito. Acho que não entra em conflito, mas teria...

O SR. ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO - Esse seria um problema constitucional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nós teríamos que conversar com o Secretário, saber o que se pode fazer nesse sentido de proteger também o indivíduo. As nossas crianças estão soltas na rua, não é?

O SR. ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO - Deixa eu tentar colocar para a senhora. Não sei se eu vou conseguir colocar. Na questão constitucional, e dando um exemplo bastante didático, até a nossa jovem colocou aqui... Vou ser prático. Ele recebe um disque-denúncia agora de que, a alguns metros, tem uma adolescente lá. Se ele mandar o pé na porta e der o azar de não ter flagrante, ele vai para o banco dos réus. Estou sendo claro. Eu já estive no banco dos réus. Graças a Deus fui absolvido — por homicídio, por lesão corporal. Espero nunca mais... Faltam 2 meses para eu me aposentar. Espero que esse jovem nunca esteja... E V.Exa. também nunca vai estar. Mas é desagradável. E nós que pagamos, com o nosso dinheiro. O Estado não nos defende.

A SRA. ANA ELISA BANHATTO CORREIA - Por que isso acontece?

O SR. ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO - Por que acontece? Eu vou explicar por quê. V.Exa. não sei se vai concordar comigo. Nós temos uma Constituição. Eu escutei isso lá na ALERJ, do Procurador. A Constituição de 88 foi feita para trás. Ela foi feita com medo do regime militar. E ela entrou nos direitos e garantias individuais de uma forma que nunca foi tão bom para bandido como está. Isso é fato. Então, o policial, hoje, tem muita preocupação no que ele faz. Se ele tiver certeza absoluta e tiver uma adolescente se prostituindo, a corrupção de menores é crime. Pé na porta, tudo certo. Mas, se ele errar... Então, para isso, é preciso o quê? Uma apuração. Quem tem competência para instaurar um inquérito? A Polícia Civil. Entendeu?

Então, essa é uma questão constitucional. Compete à polícia judiciária apurar as infrações. Compete à Polícia Militar: polícia ostensiva e preservação da ordem pública. Nós, de vez em quando, arriscamos a nossa carreira. Dependendo do...

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - É verdade.



O SR. ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO - Mas, quando nós arriscamos e erramos, não tem ninguém que fique do nosso lado. Ninguém fica do nosso lado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E como funciona a Delegacia do Turista aqui? Vocês trabalham em conjunto também?

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Ah, claro. Perfeita coordenação. O Delegado Alexandre Braga... estamos sempre juntos, sempre reunidos. Essa própria Comissão de Grandes Eventos, de segurança turística... todas as reuniões semanais foram realizadas na DEAT. Então, os órgãos se reuniam toda semana lá. Então, a nossa ação é a mais coordenada e a mais perfeita possível.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Olha, eu não tenho mais nada a tratar. Já foi esclarecido. Eu acho que, se a gente for ficar aqui batendo na mesma tecla, eu vou ficar falando, vocês vão ficar falando, e a gente não vai chegar a nenhum acordo, porque não é a competência, não é, da instituição, nesse sentido da promoção também da...

O SR. ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO - Eu vou dar uma sugestão, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Pois não. Pode falar.

O SR. ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO - Se o Ministério Público — já que nós estávamos falando recentemente do Ministério Público — tiver interesse, o batalhão tem efetivo para ajudar em qualquer investigação dessa maneira. E interessa ao batalhão ajudar nisso, não tenha dúvida. Não há preguiça da nossa parte. Nós só temos alguma cautela com o devido processo legal, para não passarmos de condutor para réu. Mas, nesse ponto, eu tenho certeza de que o Comandante do Batalhão... Se o Ministério Público for sensibilizado ou tiver, de repente, alguma atribuição específica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para esse tipo de caso, a 2ª Seção do Batalhão estará à disposição para ajudar naquilo que for preciso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas ajudar... Mas aí vai investigar?

O SR. ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO - Mas o Ministério Público pode.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ele pode investigar e vocês ajudarem na investigação.

O SR. ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO - Sim, sim. Junto com o Ministério Público, para respaldar legalmente.

O SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - E até na ação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Na ação também.

O SR. ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO - Até na ação, colhendo os dados para o Ministério Público. A gente pode ajudar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas não é competência daqui, do Batalhão de Turismo?

O SR. ANTONIO UOSTOM BORGES GERMANO - Não, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não é. É incompetente. Então, a gente vai ficar aqui... Eu vou terminar, porque nós não temos mais nada a perguntar. Mas foi bom esclarecer, porque nós queremos fazer esse diagnóstico. É uma das falhas, e esta CPI vai ter que trabalhar em cima disso, porque nós precisamos ter um órgão competente, principalmente nas grandes capitais, que recebem turistas, milhares, milhões de turistas diariamente, para a gente entender como funciona essa rede de prostituição, porque eles são bem organizados, sabemos que estão na Internet. Precisamos do apoio da polícia, precisamos do serviço de inteligência, sim, e precisamos dos atores que trabalham no combate à exploração e ao turismo sexual de crianças e adolescentes.

Não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a sua colaboração, agradeço também ao Deputado Paulo Melo, por ter cedido a... para esta audiência aqui. A gente se coloca à disposição, também — a CPI —, para que, nessa Secretaria de Grandes Eventos, vocês possam trabalhar com a promoção, possam trabalhar com a prevenção, não é, que é o mais importante. Fica a dica para vocês, porque, mesmo não sendo atribuição, vocês podem trabalhar com a prevenção. Sempre colocar até nos *folders* de vocês alguma coisa, que a exploração sexual, o turismo sexual é crime e ponto, como o senhor disse.